

política

Fachin cancela sessão sobre Mendonça no dia 23

Pleno analisaria atuação do ministro na relatoria dos casos Master e INSS

/ SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Edson Fachin, cancelou a sessão agendada para a próxima quarta-feira, que analisaria a atuação do ministro André Mendonça nas relatorias dos casos envolvendo o Banco Master e as fraudes do INSS. A nova data não foi informada.

De acordo com despacho publicado nesta quinta-feira, o cancelamento decorre do pedido de vista do ministro Flávio Dino do processo envolvendo Alexandre de Moraes, na terça-feira.

No julgamento de Moraes, os ministros começaram a analisar uma questão de ordem que pedia o julgamento conjunto com Mendonça. Como a análise foi suspensa, o entendimento é que o caso envolvendo Mendonça precisa



ALEJANDRO ZAMBRANA/STF/DIVULGAÇÃO/JC

Despacho do presidente Edson Fachin foi publicado nesta quinta-feira

aguardar o desfecho da questão de ordem. Até o momento, o placar é de 4 a 3 para manter as análises separadas.

O processo sobre Mendonça foi instaurado a partir de um

pedido de Moraes, que apontou abuso de autoridade e quebra da parcialidade do ministro, com suposto favorecimento a determinados grupos políticos. O relator é o próprio Fachin.

Dino manda PF investigar relações entre Master e cemitérios

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou nesta quinta-feira à Polícia Federal (PF) e à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) a investigação de operações financeiras entre o Banco Master e concessionárias de cemitérios do município de São Paulo.

A medida foi tomada na mesma ação em que o relator determinou o envio de uma menção sobre André Mendonça por um encontro do magistrado com Daniel Vorcaro, do Master, em 14 de março de 2025, na sede de uma empresa privada em São Paulo.

A reunião ocorreu um dia antes de Mendonça pedir vista e suspender o julgamento no STF de uma medida que limitava os preços cobrados pelas concessionárias

dos cemitérios da capital paulista.

O envio da decisão ao presidente da corte, Edson Fachin, foi feito na última terça para que seja juntada ao procedimento que apura condutas de Mendonça.

Dino oficiou o diretor-geral da PF, Andrei Rodrigues, para a instauração de inquérito diante do “adensamento de indícios de crimes” nas transações da instituição financeira com as concessionárias da capital paulista.

O ministro delimitou que o escopo das apurações policiais deve se restringir estritamente às relações entre o Banco Master, as empresas funerárias e eventuais agentes do Executivo e do Legislativo.

Sobre Mendonça, Dino ressaltou ser vedada a investigação po-

licial contra o colega, esclarecendo que eventuais providências a respeito da atuação funcional de ministros cabem exclusivamente ao presidente do STF junto ao colegiado. O relator renovou a comunicação ao presidente do tribunal para que tome as medidas que considerar adequadas.

A decisão foi tomada na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 1.196, relatada por Dino, que discute a prestação dos serviços funerários, cemiteriais e de cremação na capital paulista. Segundo a decisão, Mendonça confirmou posteriormente ter recebido Vorcaro a pedido de integrantes da Igreja Batista da Lagoinha, com intermediação do deputado Cezinha Madureira.

Fux e Mendonça pedem íntegra das mensagens de Vorcaro

Os ministros Luiz Fux e André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF), pediram à Polícia Federal acesso à íntegra do conteúdo de um dos celulares apreendidos de Daniel Vorcaro, o dono do Banco Master. Antes deles, os ministros Cristiano Zanin e Gilmar Mendes haviam feito o mesmo pedido, que foi atendido pela corporação.

Fux e Mendonça solicitaram

o conteúdo depois que vazaram mensagens trocadas entre o banqueiro e o advogado Rodrigo Fux, filho do ministro. A divulgação dos diálogos se deu pouco antes da sessão de terça-feira, que discutiu os indícios de que Alexandre de Moraes mantinha elo com Vorcaro.

Zanin e Gilmar pediram acesso às mensagens de Vorcaro antes da sessão de terça-feira

com o argumento de que precisavam da íntegra do material para subsidiar o julgamento.

Nesta quinta-feira, Gilmar usou sua conta no X para repetir as críticas desferidas a Mendonça em plenário quando à condução das investigações sobre o Banco Master. Mendonça se defendeu em um ofício das acusações de que teria usado o caso com intenção política.

Bolsa Família terá reajuste de 15%; impacto anual será de R\$ 22,7 bi

/ GOVERNO FEDERAL

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) anunciou, nesta quinta-feira, um reajuste de 15,04% no Bolsa Família. O anúncio é realizado menos de três semanas antes do 1º turno das eleições presidenciais.

O patamar mínimo de R\$ 600 foi adotado no governo Jair Bolsonaro em 2022, também próximo da eleição. Lula manteve o valor e ainda não o tinha reajustado.

Com o aumento linear aos benefícios dentro do Bolsa Família, o piso dos pagamentos sai de R\$ 600 para R\$ 691, com a média dos benefícios saindo de R\$ 691 para R\$ 777.

O presidente fez o anúncio no Palácio do Planalto ao lado da ministra da Casa Civil, Miriam Belchior.

O Ministério da Fazenda, em nota divulgada nesta

quinta-feira estimou que o impacto do reajuste do Bolsa Família nas contas públicas será de R\$ 22,7 bilhões por ano para 2027 e 2028.

O reajuste entra em vigor já em outubro e a projeção do impacto para 2026 é de R\$ 5,8 bilhões.

O Ministério da Fazenda defendeu que o ajuste fiscal em curso dá espaço para a recomposição da inflação no valor do benefício e afirmou ainda que não haverá impacto no cumprimento das metas de resultado primário.

O Bolsa Família paga um auxílio mínimo de R\$ 600 por mês, composto também por valores adicionais conforme a composição familiar. Em casas com gestantes, lactantes ou crianças e adolescentes de até 18 anos que estiverem na escola, por exemplo, cada integrante desses grupos recebe um adicional de R\$ 50.

Veja quais outros benefícios é possível receber

■ **Benefício de Renda de Cidadania:** São pagos R\$ 142 por integrante da família

■ **Benefício Complementar:** Se a família não atingir o piso de R\$ 600, o governo paga a diferença para que seja alcançado o valor mínimo

O governo também inclui os seguintes adicionais:

■ **Benefício da Primeira Infância:** São pagos R\$ 150 para cada criança entre zero e seis anos de idade

■ **Benefício Variável Familiar:** É pago o valor de R\$ 50 para cada criança entre sete e 12 anos, cada adolescente entre 12 e 18 anos, e para gestantes

■ **Benefício Variável Familiar Nutriz:** R\$ 50 nas famílias com bebês de zero a seis meses; o benefício é pago para ampliar a capacidade de alimentação da mãe que amamenta

Mendonça relatará ação de deputado do PL contra aumento de benefício

O ministro André Mendonça foi sorteado relator no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) de ação movida pelo deputado federal Zé Trovão (PL-SC) que questiona o reajuste de 15% do Bolsa Família anunciado pelo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) nesta quinta-feira.

Com o aumento linear aos benefícios dentro do Bolsa Família, o piso dos pagamentos sai de R\$ 600 para R\$ 691, com a média

dos benefícios saindo de R\$ 691 para R\$ 777.

Segundo a Advocacia-Geral da União (AGU), a medida apenas corrige as perdas inflacionárias, por isso não estaria proibida pela lei que veda a ampliação de benefícios sociais em ano eleitoral.

Segundo cálculos apresentados pelo governo, o INPC desde o início do programa até agosto foi de 15,04%.